

A FACE NEFASTA DA “MODERNIZAÇÃO” DO MPF

I - IMPORTÂNCIA DO MPF PARA A SOCIEDADE

1. O Ministério Público Federal (MPF) é o maior dos ramos do MPU e tem entre as suas principais atribuições a defesa dos interesses do povo brasileiro e o combate a todo tipo de injustiça, corrupção e todas as formas de discriminação e exploração. Também cabe ao MPF proteger direitos sociais, difusos e individuais, o respeito às leis nacionais e à observância dos princípios e normas que garantem a democracia.

2. Assim, do mesmo modo que um engenheiro trabalha para construir um prédio ou uma ponte, que um professor tem o dever de ensinar, um bombeiro de salvar vidas, quem trabalha no MPF tem o DEVER de atuar na defesa da sociedade e do regime democrático.

“Defesa dos direitos da coletividade

O Ministério Público Federal atua em todo o Brasil e em cooperação com outros países. Defende os interesses de todos os brasileiros previstos na Constituição e nas leis federais, como:

- os **direitos humanos**;
- a **democracia**, os direitos políticos, a nacionalidade e o devido processo eleitoral;
- o respeito às diferenças de etnia, sexo, crença e de condição psicofísica;
- a correta aplicação das verbas em educação, saúde e segurança;
- a proteção do meio ambiente, dos índios, das crianças, dos adolescentes e dos idosos;
- a preservação do **patrimônio cultural**;
- o respeito à ordem econômica e aos direitos do consumidor;
- o acesso a serviços públicos de qualidade;
- o combate à corrupção”

Fonte: Site da PGR acesso em 07/03/2013 disponível em http://www.pgr.mpf.gov.br/conheca-o-mpf/publicacoes/folheteria-tematica/09_web_folheteria_mpf_101.pdf

3. No lugar do MPF colocar todas as suas energias no cumprimento do seu papel institucional e procurar formas para solucionar os graves problemas da sociedade, a Administração tem levado o MPF a focar sua atuação muito mais na burocracia interna.

4. Para isso estão sendo gastos milhões de reais dos cofres públicos num suposto projeto de “modernização”, proposto pela Fundação Getúlio Vargas, e que começa a mostrar, depois de alguns anos, os seus primeiros efeitos práticos, que nada tem de “modernizante” ou de positivo, muito pelo contrário. Os resultados da dita “modernização” tem provocado a desvalorização dos servidores, a ameaça de extinção de cargos e mudanças substanciais de atribuições por portaria, o que é ilegal; a formação de uma casta entre os servidores e conseqüentemente a indignação da maioria; e a ampliação da terceirização, que significa privatização, além de ser uma forma de burla ao concurso público, e que por isso deveria ser combatida pelo MPF.

II. DESGASTE DO MPF PODE CONTRIBUIR PARA APROVAÇÃO DA PEC 37

5. O MPF, assim como todo MP brasileiro, passa por um momento delicado devido à tramitação da PEC 37, que pode acabar com o poder de investigação do Ministério Público, enfraquecendo a instituição.

6. As chances da PEC ser aprovada são grandes, pois nunca o Ministério Público, especialmente o MPF, esteve tão desgastado e combatido como está agora, nem mesmo

no período comandado por Geraldo Brindeiro, sobretudo no Congresso Nacional e diante dos movimentos sociais.

7. Parte desse desgaste foi provocado por denúncias de prevaricação referente à Operação Vegas e no caso Roseana Sarney em processos eleitorais do TSE. Além disso, a licitação dos tablets no dia 31 de dezembro de 2012, quando não havia expediente, apenas regime de plantão, e o suposto direcionamento da licitação para privilegiar uma marca determinada – a Apple, o que é ilegal, provocou espanto e indignação.

8. A reportagem da revista Carta Capital sobre a existência de um “ninho de arapongas” em pleno Ministério Público também desgastou a imagem do MPF diante da sociedade. Segundo a reportagem, publicada em 15 de fevereiro de 2012, o CNMP e a PGR instalaram ex-espiões do Exército com acesso às informações funcionais e pessoais de todos os servidores e procuradores da República, no caso do CNMP também dos servidores e promotores estaduais do país, além de processos e sindicâncias internas sob sigilo.

9. Por estranha coincidência, a contratação dos coronéis da inteligência do Exército na PGR e CNMP, aconteceu num momento em que o país tem finalmente criada uma Comissão Nacional da Verdade para investigar e trazer à luz os crimes cometidos pela Ditadura Militar, do qual os tenentes-coronéis contratados pela PGR e CNMP, no mínimo, são “filhotes”.

III. O MOMENTO É DE FORTALECER A INSTITUIÇÃO E NÃO DE ENFRAQUECÊ-LA

10. Com as ameaças de aprovação da PEC 37, o momento era de buscar fortalecer o MPF, a começar pela construção de um ambiente interno que propiciasse a união e o bem-estar entre todos, procuradores, servidores, terceirizados e estagiários, para que juntos pudessemos melhorar a instituição e defendê-la dos ataques externos com muito mais força.

11. Entretanto, no lugar de fortalecer e unir servidores e membros contra os ataques à instituição, a Administração optou em “focar” todos os esforços, incluindo recursos humanos e financeiros, numa suposta “modernização”.

IV - PRINCIPAIS PROBLEMAS DA “MODERNIZAÇÃO”

12. Desde que a suposta “modernização” começou a sair da teoria para os resultados práticos, muitas consequências negativas já podem ser vistas. Vamos citar alguns exemplos.

Destruição de setores internos da PGR e retirada das funções comissionadas dos servidores

13. O novo modelo de gestão e a nova estrutura do MPF estão sendo feitos com base na proposta da Fundação Getúlio Vargas, contratada para elaborar o Planejamento Estratégico Instituição (PEI – 2011-2020) . Em seu relatório final, os consultores da FGV concluíram que havia excessiva “departamentalização” e muitos “níveis de hierarquia”.

14. O trabalho levou em consideração o relatório desenvolvido pelos consultores da Fundação Getúlio Vargas (FGV) durante a elaboração do PEI 2011-2020, que apontou excesso de níveis hierárquicos na estrutura administrativa anterior. Essa proposta foi adaptada ao longo das atividades integradas ao desdobramento da estratégia e customizada à realidade específica de cada área, a partir de discussões conduzidas pela Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica (AMGE) junto a diversos órgãos e setores.

15. As secretarias ficarão organizadas em divisão, coordenação ou subsecretaria e gabinete do secretário. O assessor-chefe da Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica (AMGE), Márcio Medeiros, destaca que **essa redução de níveis hierárquicos garante celeridade e aproximação e evita uma excessiva departamentalização**. “A pessoa que está tomando a decisão e aquela que está assessorando estão próximas. Um processo não precisa passar por cinco ou seis pessoas para que se chegue a uma decisão”, comenta. **O novo desenho organizacional também promoveu uma economia mensal de mais de R\$ 360 mil.**

16. Com base nesse argumento falacioso, a “modernização” está extinguindo setores inteiros e conseqüentemente retirando as funções comissionadas dos servidores existentes na estrutura anterior.

17. No lugar de aprimorar e fortalecer os setores como um todo, a dita “modernização” fortaleceu apenas as altas chefias e assessorias, que tiveram seus cargos em comissão em regra ampliados e ainda obtiveram o **privilégio** da vaga exclusiva na garagem, que indignou todos os servidores e tornou o “clima organizacional” ainda mais insuportável. A “modernização” colocou uma pequena parcela dos servidores no topo para “gerenciar” os demais servidores, que foram, na sua maioria, desvalorizados, rebaixados a terem que fazer o que o “chefe” mandar. Para isso estão mexendo nas atribuições dos cargos, de forma ilegal, diga-se de passagem.

18. Assim, diante do exposto, requeremos que a Fenajufe assuma a luta contra o processo de “modernização” do MPF, que nada mais é do que a implementação da política neoliberal da FGV, que visa o desmantelamento do Estado, a desvalorização dos servidores e a ampliação da terceirização/privatização de setores do MPF, como o Transporte e Informática.

19. Por fim, que a Fenajufe realize um Seminário Nacional sobre o avanço da política neoliberal dentro do MPU e do Judiciário e suas conseqüências nefastas para a categoria, para a instituição e para a sociedade.

Brasília (DF), 09 de outubro de 2017.

Laercio Bernardes dos Reis

Servidor do Ministério Público Federal / MPU- DF

Delegado sindical

Muda Sindjus